

Sumário

AUTORIA

PRINCÍPIO DO RESPEITO AO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE NO PROCESSO CIVIL 27

Freddie Didier Jr.

1. Nota do autor 27
2. Notas sobre a relação entre a liberdade e o processo..... 27
3. O princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil 30

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS NO CPC-2015 35

Freddie Didier Jr.

1. Negócios jurídicos processuais: noções gerais, espécies e classificação 35
2. Negócios jurídicos processuais atípicos 39
 - 2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo 39
 - 2.2. Regras gerais da negociação processual 42
 - 2.3. Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz..... 42
 - 2.4. Momento de celebração 43
 - 2.5. Requisitos de validade 43
 - 2.5.1. Generalidades..... 43
 - 2.5.2. Capacidade 44
 - 2.5.3. Objeto 46
 - 2.5.4. Forma 49
 - 2.6. Anulabilidade..... 50
 - 2.7. Eficácia e revogabilidade 50
 - 2.8. Onerosidade excessiva, resolução e revisão..... 51
 - 2.9. Inadimplemento e ônus da alegação 52
 - 2.10. Efetivação..... 52
 - 2.11. Princípio da boa-fé e negociação processual..... 53
 - 2.12. Interpretação..... 53

2.13. Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados	54
2.14. Direito intertemporal.....	55

FONTE NORMATIVA DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ORIGEM NEGOCIAL **57**

Fredie Didier Jr.

1. Conceito de legitimação extraordinária	57
2. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	58
3. Legitimação extraordinária ativa de origem negocial	60
4. Legitimação extraordinária passiva de origem negocial	62
5. O chamamento à autoria como exemplo histórico de legitimação extraordinária de origem negocial	63
6. Legitimação extraordinária de origem negocial e pendência do processo	64
7. Referências bibliográficas	64

PODERES DO ASSISTENTE SIMPLES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A QUESTÃO DAS OMISSÕES NEGOCIAIS DO ASSISTIDO **67**

Fredie Didier Jr.

COAUTORIA
.....

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS E EXECUÇÃO **75**

Fredie Didier Jr.

Antonio do Passo Cabral

1. Considerações introdutórias.....	75
2. Disponibilidade da execução	77
3. Autonomia da vontade e execução. A execução como ambiente mais propício à celebração de convenções processuais	78
4. Vantagens dos negócios jurídicos executivos	81
5. Objeto possível. Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos	83
6. <i>Pactum de non exequendo</i>	84
7. Negócios jurídicos processuais e título executivo extrajudicial.....	86
8. Negócio jurídico processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador. Negócios jurídicos sobre os meios executivos	89
9. Negócios jurídicos processuais sobre a penhorabilidade	91
9.1. Premissa.....	91

9.2. Os negócios jurídicos sobre a responsabilidade patrimonial e a penhorabilidade	94
10. Negócios jurídicos processuais e ordem de bens a penhorar. Pacto de prelação	97
11. Negócios jurídicos processuais e procedimentos especiais executivos.....	99
12. Acordo sobre as formas de comunicação processual	99
13. Escolha convencional do depositário e do avaliador	100
14. Conclusão.....	101
15. Bibliografia.....	101

A PROMESSA DE RECOMPENSA JUDICIAL E O NOVO CPC 107

Fredie Didier Jr.

Pedro Henrique Pedrosa Nogueira

1. Introdução	107
2. A promessa de recompensa como negócio jurídico unilateral	108
3. A atipicidade nos negócios jurídicos unilaterais.....	110
4. Os negócios jurídicos processuais.....	112
5. A cláusula geral de efetivação da decisão judicial (art. 536, §1º, CPC/15)...	115
6. A promessa de recompensa judicial no direito brasileiro.....	117

COLABORAÇÃO PREMIADA (LEI N. 12.850/2013): NATUREZA JURÍDICA E CONTROLE DA VALIDADE POR DEMANDA AUTÔNOMA – UM DIÁLOGO COM O DIREITO PROCESSUAL CIVIL 123

Fredie Didier Jr.

Daniela Bomfim

1. Considerações teóricas sobre os negócios jurídicos.....	124
1.1. A teoria do fato jurídico como uma teoria parcial do direito	124
1.2. Sobre o conceito de negócio jurídico.....	125
1.3. Sobre os negócios jurídicos processuais	130
2. Colaboração premiada: noções gerais e natureza jurídica.....	132
3. Sobre o juízo de homologação da colaboração premiada.....	138
3.1. Considerações gerais.....	138
3.2. Considerações específicas.....	141
3.3. A retratabilidade do negócio	142
4. A possibilidade de controle de validade da decisão homologatória do contrato de colaboração premiada.....	147
5. A legitimidade de terceiros eventualmente atingidos para a propositura de demanda de controle da decisão homologatória da colaboração premiada	152

6. O interesse de agir na demanda de controle da decisão homologatória da colaboração premiada	155
7. A inexistência de “preclusão”, pela não interposição de recurso pelo terceiro, quanto ao direito ao controle de validade da decisão homologatória	158
8. Conclusões	163

A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL ATÍPICO NAS DEMANDAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 165

Fredie Didier Jr.

Daniela Santos Bomfim

1. Negócios jurídicos processuais.....	165
1.1. Noções gerais.....	165
1.2. Negócios jurídicos processuais atípicos: o princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	167
2. Colaboração premiada: noções gerais e natureza jurídica.....	170
3. A colaboração premiada como negócio jurídico atípico nos processos de improbidade administrativa.....	177
Referências.....	179

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS EM CONTRATOS EMPRESARIAIS ... 183

Fredie Didier Jr.

Júlia Lipiani

Leandro Santos Aragão

1. Introdução	183
2. Os negócios jurídicos processuais e a cláusula geral de negociação sobre o processo	184
2.1. Nota introdutória.....	184
2.2. Os requisitos de validade dos negócios jurídicos processuais. Algumas diretrizes para exame da licitude do objeto de negócios jurídicos processuais atípicos.....	186
3. Os contratos empresariais.....	191
4. Os negócios jurídicos processuais em contratos empresariais	194
4.1. Generalidades.....	194
4.2. Exemplos de negócios jurídicos processuais em contratos empresariais em espécie	197
4.2.1. Foro de eleição	197
4.2.2. Cláusulas relativas a provas: responsabilidade pela guarda de documentos; impossibilidade de inversão jurisdicional do	

ônus da prova; limitação do meio de prova de determinado fato.....	199
4.2.3. Cláusulas relativas à impossibilidade de execução provisória e à impenhorabilidade de certos bens.....	201
4.2.4. Cláusula relativa à renúncia ao direito de interposição de recurso.....	201
4.2.5. Cláusula relativa à limitação ao exercício do direito de ação....	202
5. Conclusão.....	204
Referências bibliográficas.....	204

ALIENAÇÃO (JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL) DE BEM POR SOCIEDADE DIFERENTE DA CREDORA QUE COMPÕE GRUPO SOCIETÁRIO – UM BOM EXEMPLO DE NEGÓCIO JURÍDICO EXECUTIVO SOBRE LEGITIMIDADE..... 207

Freddie Didier Jr.

Lucas Buriel de Macêdo

1. Introdução: uma situação prática que merece cuidado teórico.....	208
2. Exame da alienação judicial no CPC/2015	209
2.1. Considerações teóricas sobre a alienação judicial.....	209
2.2. Características da alienação por iniciativa particular.....	211
2.3. Enquadramento legal da alienação efetivada por sociedade componente do grupo societário da exequente	215
2.4. Atuação de outra sociedade do mesmo grupo de sociedades na condução da alienação judicial como alienação judicial promovida pelo exequente	218
3. Riscos jurídicos processuais da alienação por iniciativa particular por sociedade diversa e medidas para sua atenuação	222
3.1. Oposição do devedor.....	222
3.2. Convenção processual nos contratos para fixar a técnica processual adequada para a alienação do bem.....	225
3.2.1. Cabimento e validade da convenção para eleição da técnica executiva adequada em alienação fiduciária	225
3.2.2. Cláusula de eleição do meio executivo adequado: definição da empresa alienante e das condições da alienação.....	227
4. Alienação extrajudicial no caso de busca e apreensão (art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969)	229
5. Conclusões	231
Referências.....	232

O USO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E NEGÓCIOS PROBATÓRIOS SEGUNDO A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA..... 235

Fredie Didier Jr.

Rafael Alexandria de Oliveira

1. Introdução	235
2. A Lei de Liberdade Econômica e a ampliação do uso do documento eletrônico: armazenamento em meio eletrônico de documentos públicos ou privados.....	236
3. Documento eletrônico: a questão da segurança e da confiabilidade	239
4. A presunção de autenticidade, integridade e confidencialidade do documento eletrônico certificado no padrão da ICP-Brasil.....	243
5. A previsão de hipótese típica de negócio jurídico sobre prova.....	243
6. <i>Blockchain</i>	245
6.1. O que é <i>blockchain</i>	245
6.2. Segurança e imutabilidade.....	248
6.3. Transparência.....	249
6.4. <i>Blockchain</i> como prova atípica.....	250
6.5. <i>Blockchain</i> como forma de garantir a autoria, integridade e confidencialidade de documento eletrônico	253
7. Conclusão.....	254
8. Referências.....	255

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS: O CASO DO “ATO TRABALHISTA”, OU PLANO ESPECIAL DE PAGAMENTO TRABALHISTA, PARA A CENTRALIZAÇÃO DE EXECUÇÕES CONTRA ENTIDADES DESPORTIVAS 257

Fredie Didier Jr.

Leandro Fernandez

1. Introdução	258
2. Protocolos institucionais.....	258
2.1. Compreensão.....	258
2.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do direito processual.....	261
2.3. Protocolos institucionais celebrados com litigantes habituais.....	263
2.4. A cooperação interinstitucional na execução: protocolos institucionais como negócios jurídicos executivos.....	265
3. O “ato trabalhista”	266

3.1. A situação econômica dos clubes de futebol e o surgimento da figura dos “atos trabalhistas”	266
3.2. O art. 50 Lei n. 13.155/2015: o regime centralizado de execução para entidades desportivas	269
3.3. A regulamentação pela corregedoria-geral da Justiça do Trabalho....	272
4. O “ato trabalhista” como um protocolo institucional	277
4.1. O “ato trabalhista” como resposta a um problema estrutural.....	277
4.2. A cooperação de segundo grau ou acessória: a possibilidade de desenvolvimento de uma rede de cooperação em torno do ato trabalhista.....	279
4.3. Revisão.....	280
5. Conclusões	282
Referências bibliográficas.....	283

**A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ORIGEM NEGOCIAL
NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL 285**

Freddie Didier Jr.

Marcelo Mazzola

Introdução.....	285
1. Conceito de legitimação extraordinária	287
2. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	288
3. Legitimação extraordinária ativa de origem negocial	290
4. Legitimação extraordinária passiva de origem negocial	292
5. Legitimação extraordinária de origem negocial e pendência do processo	293
6. Legitimação extraordinária de origem negocial no âmbito da propriedade industrial	293
6.1. Atribuição atípica de legitimação extraordinária de origem negocial no âmbito da propriedade industrial	299
7. Conclusão.....	300
8. Referências bibliográficas	301